

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
A ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL TÉCNICO
EM UNIDADES E ÓRGÃOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS	10
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Cansei-me de ser moderno. Quero ser eterno."

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA **NÃO** ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

01. As competências do Sistema Único de Saúde (SUS) estão definidas no artigo 200 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e incluem, entre outras, a:
- (A) colaboração na proteção do meio ambiente
 - (B) elaboração centralizada da política de saneamento básico
 - (C) exclusividade na formação de recursos humanos na área da saúde
 - (D) delegação à iniciativa privada do desenvolvimento científico e tecnológico
02. Um usuário buscou na internet uma unidade básica de saúde para receber a vacina contra a Covid-19. Ele foi atendido pelo agente comunitário e, após checagem para conferir se estava apto a receber a vacina, foi encaminhado à sala de vacinação. Depois de ser vacinado, foi orientado sobre a unidade básica de saúde de referência de seu endereço residencial, para que a equipe de saúde responsável pudesse realizar seu cadastro. As duas ações descritas – acolhimento e referenciamento – retratam, respectivamente, os seguintes princípios do SUS (artigo 7º da Lei nº 8.080/1990):
- (A) integralidade de assistência e igualdade de assistência
 - (B) participação da comunidade e capacidade de resolução dos serviços
 - (C) universalidade de acesso e regionalização da rede de serviços de saúde
 - (D) utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades e direito à informação
03. Conforme artigo 1º da Lei nº 8.142/1990, a representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências, em relação ao conjunto dos demais segmentos será:
- (A) paritária
 - (B) minoritária
 - (C) majoritária
 - (D) inexistente
04. Conforme o artigo 18 da Lei nº 8.080/1990, a execução de serviços de vigilância epidemiológica, de vigilância sanitária, de alimentação e nutrição, de saneamento básico, de saúde do trabalhador e de saúde bucal, compete:
- (A) à direção estadual do SUS
 - (B) à direção nacional do SUS
 - (C) à direção municipal do SUS
 - (D) ao Conselho Nacional de Saúde
05. Durante o mês de setembro, foram realizadas em uma unidade básica de saúde, algumas atividades com os usuários, destinadas à prevenção do suicídio e à valorização da vida, como parte da campanha do "Setembro Amarelo". O quadro descrito expressa:
- (A) uma atividade específica das políticas e programas de saúde do trabalhador, no campo da saúde mental
 - (B) um dos objetivos do SUS, através da assistência às pessoas por intermédio de atividades preventivas
 - (C) a importância das ações de reabilitação no SUS integradas ao cenário epidemiológico da localidade
 - (D) um dos campos de atuação do SUS, por meio da assistência social e farmacêutica integral
06. A Lei nº 8.080/1990 estabelece, entre outras medidas, que: (I) os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes corresponda; (II) os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação. Os itens I e II se referem, respectivamente:
- (A) às diretrizes do SUS e à gestão financeira do SUS
 - (B) à organização nacional do SUS e à gestão administrativa do SUS
 - (C) à organização, direção e gestão administrativa do SUS e às diretrizes do SUS
 - (D) à organização, direção e gestão administrativa do SUS e à gestão financeira do SUS
07. É CORRETO afirmar sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) que:
- (A) a assistência à saúde no SUS é proibida à iniciativa privada
 - (B) o SUS não prevê a admissão de agentes comunitários de saúde
 - (C) o SUS tem como uma de suas diretrizes a centralização em cada esfera de governo
 - (D) as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada
08. Modalidade de prestação de serviços de saúde a distância, por meio da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, que envolve, entre outros, a transmissão segura de dados e informações de saúde, por meio de textos, de sons, de imagens ou outras formas adequadas. De acordo com a Lei nº 8.080/1990, essa definição refere-se a:
- (A) telessaúde
 - (B) interconsulta
 - (C) consulta de pré-natal
 - (D) atendimento domiciliar

09. Conforme o artigo 4º da Lei nº 8.142/1990, para receberem os recursos para cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados, os Municípios, Estados e o Distrito Federal deverão contar, entre outras exigências, com: I: Fundo de Saúde; II: Conselho de Saúde; III: plano de saúde; IV: relatórios de gestão. Estão CORRETAS as sentenças:
- (A) I, II e III
 - (B) I, II e IV
 - (C) II, III e IV
 - (D) I, II, III e IV
10. Sobre o Conselho de Saúde, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 8.142/1990, é correto afirmar que:
- (A) é um órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo
 - (B) é composto apenas por representantes do governo e usuários
 - (C) reúne-se a cada quatro anos para avaliar a situação de saúde
 - (D) atua na execução da política de saúde na instância correspondente

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

11. O superior hierárquico de Frederico tem chamado sua atenção pelos erros e atrasos cometidos repetidamente em suas tarefas rotineiras, alertando-o de que, apesar de ter sido treinado para a adequada execução das mesmas, tem demonstrado descaso, comprometendo a qualidade. Com base no Decreto nº 13.319/1994, que dispõe sobre Normas de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal, é CORRETO afirmar que:
- (A) tal atitude de descaso pode ser desconsiderada, sendo justificada em função de sua participação em programas sociais
 - (B) Frederico considera sua atitude normal, tendo em vista que outros colegas atuam de forma semelhante
 - (C) essas atitudes podem ser relevadas pois Frederico encontra-se em estágio probatório
 - (D) essas atitudes de descaso e acúmulo de erros de Frederico podem vir a ser consideradas uma imprudência no desempenho da função pública
12. É vedado ao Frederico, enquanto servidor público, em consonância com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Municipal:
- (A) agilizar a realização de prestações de contas referente a gestão de bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo
 - (B) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister
 - (C) divulgar aos seus colegas as regras do Código de Ética, devendo tal ação ser de responsabilidade dos superiores
 - (D) comunicar imediatamente ao seu superior qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, antes de apurar totalmente o ocorrido
13. Entre os principais deveres de Frederico, enquanto servidor público, encontram-se:
- (A) zelar pelo exercício da greve
 - (B) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração
 - (C) cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas do seu cargo ou função
 - (D) jamais retardar qualquer prestação de serviço e de contas, exceto se pressionado pelo seu superior hierárquico
14. No que se refere às regras deontológicas contidas no Código de Ética Profissional do Servidor Público, é possível afirmar que:
- (A) o trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar
 - (B) a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público
 - (C) o servidor pode omitir a verdade, se contrária ao interesse da própria pessoa interessada ou da Administração Pública
 - (D) o servidor público, em casos de segurança nacional, pode desprezar o elemento ético de sua conduta
15. Direitos básicos que devem ser assegurados pelo Estado é uma condição do ser humano que diz respeito à:
- (A) ética
 - (B) moral
 - (C) cidadania
 - (D) responsabilidade social
16. As questões direcionadas à responsabilidade social das organizações vem crescendo ao longo dos anos e podem ser visualizadas:
- (A) nas ações realizadas pela gestão da organização, visando aumentar seu tempo na mídia televisiva
 - (B) em diretrizes para o bem-estar da organização, como também transparência e desenvolvimento sustentável
 - (C) na publicação da ISO (*International Organization for Standardization*) 26000, como uma ferramenta de gestão internacional, criada por empresa americana da área de preservação ambiental
 - (D) em diretrizes operacionais estabelecidas pela direção da organização, visando realizar programas sociais ao final do exercício

17. Em relação às contas integrantes do Patrimônio Líquido, grupo integrante do Balanço Patrimonial, é CORRETO afirmar que:
- (A) a conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada
 - (B) serão classificadas como reservas de capital, as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia
 - (C) serão classificadas como reservas de lucros, o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não capitalizado
 - (D) a conta de Ajustes da Avaliação Patrimonial representa a variação ocorrida no patrimônio da companhia, em decorrência de casos fortuitos
18. A Demonstração do Resultado do Exercício é uma das demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 6404/1976, a qual discriminará:
- (A) as obrigações, de acordo com a sua exigibilidade
 - (B) o saldo do início do período e os ajustes de exercícios anteriores
 - (C) as despesas das operações, dos financiamentos e dos investimentos
 - (D) a receita bruta, a receita líquida de vendas e serviços, as deduções das vendas e os custos dos serviços
19. Os princípios orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. A respeito desses princípios, julgue os seguintes itens:
- I. Princípio da Universalidade, estabelecido pelo caput do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, determina que a LOA deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- II. Princípio da Transparência, que está previsto no caput do art. 37 da Magna Carta de 1988, justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas.
- III. Princípio da Publicidade, que aplica-se ao orçamento público, pelas disposições contidas nos arts. 48, 48-A e 49 da LRF.
- Assinale, agora, a opção CORRETA:
- (A) apenas I está correta
 - (B) apenas II está correta
 - (C) apenas III está correta
 - (D) apenas I e III estão corretas
20. O Poder Executivo do Município TMJ, ao encaminhar a proposta orçamentária para a Câmara Legislativa, nos prazos estabelecidos na Constituição Federal, incluiu como itens obrigatórios a mensagem com a exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, o projeto de Lei de Orçamento, a especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais e, ainda, tabelas explicativas para fins de comparação da:
- (A) despesa prevista e receita arrecadada para o exercício a que se refere a proposta
 - (B) despesa realizada e receita arrecadada no exercício em que se elabora a proposta
 - (C) receita arrecadada nos três últimos exercícios e receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta
 - (D) receita arrecadada para o exercício em que se elabora a proposta e receita prevista dos três últimos exercícios
21. A empresa "Já Deu Tudo Certo S/A", em 31.12.21, no balancete de verificação, apresentava os seguintes saldos contábeis: Caixa – R\$ 10.000, Banco c/Movimento – R\$ 100.000, Contas a Receber – R\$ 30.000, Adiantamento de Cliente – R\$ 7.000, Marcas e Patentes – R\$ 5.000, Fornecedores – R\$ 10.000, Veículos – R\$ 10.000, Adiantamentos a Fornecedores – R\$ 6.000, Depreciação Acumulada – R\$ 2.000, Reserva Legal – R\$ 1.000, Capital Social – R\$ 129.000, Duplicatas Descontadas – R\$ 15.000 e Impostos a Recolher – R\$ 15.000.
- Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, o valor do Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Circulante e Patrimônio Líquido:
- (A) R\$ 140.000; R\$ 31.000; R\$ 41.000; e R\$ 130.000
 - (B) R\$ 140.000; R\$ 35.000; R\$ 45.000; e R\$ 130.000
 - (C) R\$ 146.000; R\$ 31.000; R\$ 47.000; e R\$ 130.000
 - (D) R\$ 146.000; R\$ 35.000; R\$ 51.000; e R\$ 130.000
22. O Poder Executivo do Município TMJ, ao encaminhar a proposta orçamentária com previsões plurienais para a Câmara Legislativa, deve obrigatoriamente contemplar:
- (A) quadro de recursos e de aplicação de capital de no mínimo um triênio com as despesas à conta de fundos especiais e, como couber, as receitas que os constituam
 - (B) quadro de despesas e, como couber, as receitas previstas destinadas a atender a regiões específicas no próximo biênio
 - (C) quadro específico das despesas de capital das empresas estatais referente ao exercício seguinte
 - (D) quadro de recursos destinados à quitação dos restos a pagar do último triênio
23. A Lei nº 4.320/1964, ao dispor sobre a Lei de Orçamento, estabelece que:
- (A) em casos de superávit, indicará as respectivas fontes de recursos
 - (B) compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei
 - (C) compreenderá as receitas de operações de crédito por antecipação da receita e outras compensatórias
 - (D) consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente despesas de material e serviços de terceiros

24. Quanto ao superávit do Orçamento Corrente, é possível afirmar que:
- (A) tem por origem inversões financeiras
 - (B) resulta da constituição de empréstimos
 - (C) é oriundo da conversão em espécie de bens e direitos
 - (D) resulta do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes
25. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, as características qualitativas da informação incluída nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. São características qualitativas da informação contábil:
- (A) tempestividade e custo-benefício
 - (B) comparabilidade e compreensibilidade
 - (C) custo-benefício e verificabilidade
 - (D) materialidade e representação fidedigna
26. A classificação da receita na Lei de Orçamento pode considerar as seguintes classificações:
- (A) receita corrente tributária, receita corrente de serviços e receita de capital de contribuições
 - (B) receita corrente tributária, receita corrente patrimonial e receita de capital de operações de crédito
 - (C) receita corrente patrimonial, receita corrente de serviços e receita de capital industrial
 - (D) receita corrente de serviços, receita corrente de amortização e receita de capital patrimonial
27. Em relação às disposições contidas na Lei nº 4.320/1964, referentes à receita orçamentária, é CORRETO afirmar que:
- (A) os impostos diretos são objeto de lançamentos
 - (B) é vedado o registro da arrecadação superior ao duodécimo mensal
 - (C) a arrecadação não poderá exceder os créditos suplementares concedidos
 - (D) é admitida a compensação da obrigação de recolher rendas com direitos creditórios
28. Ao dispor sobre a despesa orçamentária, a Lei nº 4.320/1964 destaca que:
- (A) não é permitido a realização do empenho global de despesas contratuais
 - (B) classificam-se como despesas de custeio os juros e a amortização da dívida pública
 - (C) em casos previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho
 - (D) em casos excepcionais, o empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos
29. Conceitualmente, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas. Dessa forma, é CORRETO afirmar que:
- (A) despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada
 - (B) despesa orçamentária efetiva é aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade
 - (C) despesa orçamentária não efetiva é aquela que, no momento de sua realização, reduz a situação líquida patrimonial da entidade
 - (D) em geral, despesa orçamentária efetiva é despesa de capital
30. O Município de TMJ identificou a necessidade de abrir créditos adicionais para dar continuidade à execução de seus programas do trabalho. Nesse sentido, previamente a elaboração do Decreto do Prefeito solicitou avaliação quanto à existência de recursos, considerando as seguintes possibilidades:
- I. Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.
 - II. Excesso de arrecadação.
 - III. Produto de operações de crédito.
 - IV. Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.
- Julgue a opção cujos recursos, desde que existentes e não comprometidos, poderão ser utilizados para abertura de crédito suplementar:
- (A) apenas I e II
 - (B) apenas I, II e III
 - (C) apenas I, II e IV
 - (D) todas as opções
31. Sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de acordo com a Lei nº 6.404/1976, assinale a alternativa INCORRETA:
- (A) as demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior
 - (B) as demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros, segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia-geral
 - (C) as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício
 - (D) nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e que não ultrapassem 0,2 (dois décimos) do valor do respectivo grupo de contas. Mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes"

32. De acordo com a Lei nº 6.404/1976, ao fim de cada exercício social, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras deverão ser elaboradas:
- (A) Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, obrigatória para as companhias abertas
 - (B) Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, e Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - (C) Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - (D) Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa
33. De acordo com a Lei 6.404/1976 a escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime:
- (A) misto
 - (B) competência
 - (C) caixa
 - (D) oportunidade
34. Analise os itens que se seguem, relacionados à elaboração e divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- I. É apresentada em três fluxos: Atividades Operacionais, Atividades de Investimentos e Atividades de Financiamentos.
 - II. Aquisição de móveis e utensílios são demonstradas nas atividades de financiamento.
 - III. Pagamentos de Impostos são demonstrados nas atividades operacionais.
 - IV. Empréstimos bancários obtidos são demonstrados nas atividades de investimentos.
- São itens corretos:
- (A) apenas I
 - (B) apenas I e III
 - (C) apenas II e IV
 - (D) apenas III
35. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual o objetivo da mensuração de ativos e passivos é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. De acordo com essa Norma Brasileira de Contabilidade são bases de mensuração dos ativos:
- (A) custo histórico, valor de mercado, custo de liberação, preço líquido de venda e valor em uso
 - (B) custo histórico, valor de mercado, custo de reposição ou substituição, preço líquido de venda e custo de cumprimento da obrigação
 - (C) custo histórico, valor de mercado, custo de reposição ou substituição, preço líquido de venda e valor em uso
 - (D) custo de liberação, valor de mercado, custo de reposição ou substituição, preço líquido de venda e valor em uso
36. A Lei nº 6.404/1976 estabelece que, no Balanço Patrimonial, as contas serão classificadas segundo os elementos do Patrimônio que registram, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da Companhia. Analise as afirmativas e assinale a opção CORRETA:
- (A) na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo
 - (B) no Ativo, as contas serão dispostas em ordem crescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados
 - (C) no Passivo, as contas devem estar dispostas em ordem crescente de grau de exigibilidade
 - (D) os saldos devedores e credores que a companhia tiver direito de compensar serão classificados separadamente
37. De acordo com a Lei nº 4320/1964, a receita orçamentária classifica-se em Receita Corrente e Receita de Capital. São receitas de capital:
- (A) amortização de empréstimos e receita industrial
 - (B) receita tributária e receita de contribuições
 - (C) alienação de bens e receita patrimonial
 - (D) alienação de bens e amortização de empréstimos
38. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, as características qualitativas da informação incluída nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil para os usuários, e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. São características qualitativas da informação contábil:
- (A) tempestividade e custo-benefício
 - (B) custo-benefício e verificabilidade
 - (C) comparabilidade e compreensibilidade
 - (D) materialidade e representação fidedigna

39. De acordo com a Lei 4.320/1964 o controle da execução orçamentária compreenderá:

I - A legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações

II - A fidelidade dos prestadores de serviços

III - A possibilidade do descumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços

Assinale a opção CORRETA:

(A) apenas II e III estão corretas

(B) apenas I está correta

(C) apenas I e III estão corretas

(D) todas estão corretas

40. Julgue os itens a seguir de acordo com a Lei 4.320/1964:

I - O empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos

II - É permitida a realização de despesa sem prévio empenho

III - É vedado o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento

IV - A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito

Assinale a opção CORRETA:

(A) apenas III e IV estão corretas

(B) apenas I e II estão corretas

(C) apenas IV está correta

(D) apenas II e III estão corretas